

Processo 38.691/2017
E D I T A L
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 009/2021

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através da Secretaria de Gestão Administrativa e Licitações, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** do tipo **MAIOR OFERTA**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e Nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às **10;00 horas** do dia **17 de novembro de 2021** no Departamento de Licitações e Contratos, situado na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, , onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

Esta licitação destina-se a receber propostas para Permissão Onerosa a Título Precário de Uso para exploração comercial de boxes localizados no interior da Central de Hortifrutigranjeiros, sito a Rua Comendador Vasco Vieira da Fonseca nº 690, Centro, Nesta, mediante as condições constantes neste Edital, Termo de Referência Anexo I e conforme relação descrita abaixo:

1.1. Tabela

Nº do Box	Área	Descrição	Valor Mínimo aceitável (R\$)
05	20 m²	Box localizados no interior da Central de Hortifrutigranjeiros, sito a Rua Comendador Vasco Vieira da Fonseca nº 690,	540,91
07 e 08	40 m²	Box localizados no interior da Central de Hortifrutigranjeiros, sito a Rua Comendador Vasco Vieira da Fonseca nº 690,	1.081,82
09	20 m²	Box localizados no interior da Central de Hortifrutigranjeiros, sito a Rua Comendador Vasco Vieira da Fonseca nº 690,	540,91

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação, pessoas jurídicas, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação na Licitação de:

2.2.1. Detentor de permissão já existente para exploração de comércio no local.

2.2.2. Empresas declaradas inidôneas por ato do Poder Público.

2.2.3. Empresas sob processo de concordata ou falência.

2.2.4. Empresas impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.

2.2.5. Empresas reunidas em consórcio.

2.2.6. Empresas enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal Nº 8.666/93.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será apresentada em 01 (uma) via e a PROPOSTA também em 01 (uma) via original. Na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados devidamente representados por pessoa credenciada e identificada, apresentar os envelopes fechados e indevassáveis, no Departamento de Licitações e Contratos- DLC, situado na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 01: CONCORRÊNCIA Nº 009/2021
PERMISSÃO DE USO DE BOX NA CENTRAL DE HORTIFRUTIGRANJEIROS.
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 009/2021
PERMISSÃO DE USO DE BOX NA CENTRAL DE HORTIFRUTIGRANJEIROS.
PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.1.1 Contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos, onde conste, dentro dos objetivos, a prestação dos serviços acima indicados;

4.1.2 . Registro Comercial no caso de empresa individual

4.1.3 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ;

4.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda do Rio Grande;

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede.

4.1.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

4.1.6 - Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

4.1.7 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.1.8 - Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.1.9. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, emitida nos últimos 06 meses.

4.2 – DECLARAÇÕES E ATESTADOS

4.2.1 – Declaração expressa de que se vencedor da licitação, obrigar-se-á a manter o local em perfeito estado de conservação e uso, mantendo as características da referida dependência, obedecendo ao padrão existente, bem como todos os pagamentos relativos a despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel, ora cedido, bem como tributos municipais, estaduais, taxas de água, esgoto, luz, encargos sociais e outros que por ventura vierem a surgir. Modelo Anexo III.

4.2.2 - Declaração expressa da aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que é conhecedor das disposições gerais especiais previstas nos artigos 81 a 85 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicam-se ao presente contrato e adendos dele oriundos. Modelo Anexo IV

4.2.3 - Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos – Modelo Anexo V

4.2.4 – Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal - Modelo Anexo VI

4.2.5. O licitante deverá obrigatoriamente anexar à documentação de habilitação o ATESTADO DE VISITA, comprovando que pessoa devidamente identificada realizou as vistorias nas dependências do box, fornecido pela Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário.

4.2.5.1.A visita técnica deverá ser agendada com 02 (dois) dias de antecedência pelo telefone (53) 3233.8430.

4.3. A documentação exigida poderá ser apresentada:

- a) no original (não serão devolvidos).
- b) por qualquer processo de cópia autenticada.
- c) por publicação da imprensa oficial.
- d) ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

4.4. Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do invólucro nº 01.

4.5. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

5. DA PROPOSTA

***Os interessados poderão ofertar valor para todos os Itens, porém só poderão ser declarados como vencedor em apenas um.**

***Caso a empresa tenha maior oferta em mais de um Item, esta deverá obrigatoriamente optar por apenas um para firmar contrato.**

***Os Itens não escolhidos pela empresa de maior oferta passarão automaticamente para a empresa com a segunda maior oferta.**

*** Não serão aceitas propostas manuscritas, em papel termo sensível (fax), telex, telegrama ou semelhantes.**

***Em caso de empate entre duas ou mais proponentes a vencedora será escolhida por sorteio, em sessão pública.**

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. Carta proposta comercial indicando o valor mensal pelo box em algarismos, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante, sem emendas e rasuras.

5.2. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura.

5.3. Os interessados poderão fazer uso do Modelo de Proposta sugerido no Anexo II – Modelo de Proposta.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos no Departamento Licitações e Contratos - SMGAL, na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A abertura das propostas será realizada no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. Só terão o direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá direito a manifestação.

6.2.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos representantes credenciados das empresas licitantes.

6.2.4. A Comissão julgará a Habilitação, comunicando o seu resultado às licitantes na mesma sessão pública. Se não ficar manifesta a intenção de recurso e/ou desistência expressa de recurso à habilitação, por parte dos representantes legais presentes, a Comissão Julgadora da Licitação, registrará o fato em ata, devolverá aos participantes inabilitados os envelopes nº 02, ainda fechados, e procederá a abertura dos envelopes dos participantes habilitados.

6.2.5. Não incorrendo desistência expressa de recurso à habilitação ou inabilitação, a Comissão Julgadora da Licitação suspenderá a sessão, cientificando os participantes do prazo para a interposição de recurso.

6.2.5.1. O conteúdo dos envelopes abertos será juntado ao processo administrativo e, os envelopes nº 02 serão encerrados em um outro envelope único, devidamente rubricado pela Comissão Julgadora da Licitação, bem como pelos Licitantes presentes, permanecendo sob custódia até a abertura em outro ato público.

6.2.6. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo sem interposição, o Presidente da Comissão Julgadora da Licitação designará dia e hora de prosseguimento da sessão para a abertura dos envelopes nº02, ocasião em que devolverá os mesmos envelopes, ainda fechados aos participantes inabilitados.

6.2.7. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.8. De cada sessão pública será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.9. Os recursos devem ser encaminhados ao Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo anexado(s) ao processo de licitação.

6.3. DO JULGAMENTO

A Concorrência será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do concorrente.

6.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o **maior valor ofertado pelo box**, na forma do item 5.1.

6.4. Toda a documentação e proposta deverá ser apresentada à época pertinente, ordenada na forma deste edital e presas entre si.

6.5. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes, a respeito de suas decisões.

6.6. DA HOMOLOGAÇÃO

6.6.1. A Comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o respectivo julgamento e recomendará vencedora a empresa que apresentar o **maior valor ofertado pelo box**, encaminhando o processo à Autoridade competente para adjudicar e homologar o certame, a seu critério, e convocar a adjudicatária para a assinatura do contrato.

6.6.1.2. A homologação do procedimento e a convocação do adjudicatário para a lavratura do contrato será publicada no meio de publicação do Município, podendo a Administração a seu critério, utilizar-se de outro meio de convocação.

6.6.1.3. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub-item 5.5, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberados dos compromissos

assumidos.

6.6.1.4. É facultado a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Modelo de Proposta.

Anexo III – Modelo de declaração de conservação e pagamento de taxas.

Anexo IV – Declaração de aceitação das condições do Edital.

Anexo V – Declaração de não emprego de menor.

Anexo VI – Declaração de não emprego de funcionário público

Anexo VII – Minuta de Contrato

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Caberá a contratada:

8.1.1. obter todas as licenças e franquias;

8.1.2. O pagamento de emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referentes ao serviço;

8.2. A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações.

8.3. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais cabíveis.

8.4. O Licitante vencedor da licitação, caso não seja estabelecida no Município, deverá providenciar sua inscrição junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

8.5. O local destina-se a atividades contidas no item 1. 1, a alteração do ramo de atividade é passível de rescisão contratual.

8.7. A Prefeitura Municipal do Rio Grande, em hipótese alguma, efetuará qualquer pagamento referentes a custos, taxas, despesas ou qualquer outro tipo de desembolso.

8.8. Não será permitido alterar as características arquitetônicas da dependência, constituindo-se motivo para imediata rescisão.

8.9. Todas as dúvidas quanto a interpretação de qualquer parte deste Edital, assim como esclarecimentos sobre quaisquer incorreções ou discrepâncias, encontradas no mesmo, bem como, solicitação de informações adicionais, deverão ser protocoladas junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos até 05 (cinco) dias úteis imediatamente

anteriores a data de abertura do envelope nº 01.

8.11. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, até o quinto dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

8.12. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação, devendo verificar as condições atuais e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

8.13. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

8.14. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei 8.666/93 e demais legislação em vigor.

8.15. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 22 de setembro de 2021.

Deivid Moraes Mendes
Secretario de Município de Gestão Administrativa e Licitações